

LEOPOLDO JOBIM, *Ideologia e Colonialismo*, Rio de Janeiro, Editora Fomense-Universitária, 1985, 131pp.

Maria do Rosário Pimentel*

De entre as obras recentemente publicadas sobre o Brasil Colônia, merece, sem dúvida, ser salientada a análise que Leopoldo Jobim faz das *Notícias Soteropolitanas e Brasileiras*, de Luís dos Santos Vilhena. Autor de *Reforma Agrária no Brasil Colônia*, trabalho onde se dedica ao estudo das atitudes reformistas, L. Jobim vem agora, com esta sua análise, lançar uma nova luz sobre o pensamento político e económico brasileiro, no conturbado período de transição entre o século XVIII e o século XIX.

No final do século XVIII, vivia-se no Brasil um ambiente inquietante. A mentalidade dominante, que até então não fora posta em causa, via-se agora confrontada de uma maneira bastante clara com uma série de comportamentos revolucionários e de idéias reformistas que, sobretudo estas últimas, procuravam fazer ver à coroa a necessidade de uma nova perspectivação colonial. Para os espíritos mais lúcidos, era evidente que o sistema, tal como vigorava no Brasil, não podia vingar durante muito mais tempo. Por todo o mundo soavam já as vozes de um certo anticolonialismo, a maior parte das vezes fictício, mas que pretendia acabar com a velha ordem colonial, a fim de impor um neocolonialismo mais de acordo com as exigências económicas do momento e com as novas permissas ideológicas. A função da colônia havia-se alterado e para que a sua existência continuasse a ser vantajosa, era necessário proceder a reajustamentos. Foi nesse sentido que Diderot, encarnando o espírito neocolonialista do século XVIII, aconselhava à sua reestruturação contínua, ao escrever pela mão do abade Raynal, que “toda a colônia... é uma máquina cujas engrenagens se soltam, se rompem constantemente, e que deve ser constantemente consertada”.

A partir da segunda metade do século XVIII, o panorama colonial transformou-se profundamente. A corrente liberalista da época, ao preconizar o fim do regime de exclusivos, que visava reservar o mercado das colônias unicamente para as respectivas metrópoles, ia contra o princípio fundamental do mercantilismo e levava as colônias, conscientes dos seus direitos e poderes, a reagirem na tentativa de se furtarem a essa subordinação. O crescente desenvolvimento industrial levava de igual modo à destruição das estruturas coloniais existentes, que a pouco e pouco se iam mostrando limitadas, não só pela compartimentação dos mercados, devido ao sistema de exclusivos, mas também pela sua relativa pequenez, em virtude da utiliza-

ção da mão-de-obra escrava e da drenagem de capitais dos territórios coloniais para a metrópole. As idéias de igualdade e liberdade, que a filosofia das Luzes defendia, contribuíram também para a dissolução do sistema social, sobre o qual se encontrava edificada a economia colonial mercantilista. Era precisamente nesta onda de transformação que se enquadrava o antiesclavagismo.

Nos países onde a economia colonial se apoiava no trabalho escravo, a abolição provocava gravíssimos problemas de reestruturação e significava a superação da mentalidade tradicional. O comércio de escravos, perfeitamente ajustado ao sistema da época mercantilista, era ultrapassado pelos rápidos progressos tecnológicos da produção industrial. Na Inglaterra, por exemplo, as campanhas abolicionistas conheceram sucesso porque os seus fins humanitários correspondiam aos interesses do desenvolvimento industrial. A reestruturação para o novo tipo de economia era tanto mais difícil, quanto menos preparados estivessem os países, quer técnica quer industrialmente. Portugal encontrava-se precisamente no conjunto dos países menos desenvolvidos. A pouca industrialização metropolitana, aliada à falta de desenvolvimento tecnológico nas colónias, que sempre fora bloqueado pela economia escravagista, viriam a provocar a crise do regime e o desencadeamento de uma onda de revoltas e, simultaneamente, de tentativas de reforma do sistema.

A colónia tomou então consciência da sua situação, da sua força e das suas potencialidades, e procurou libertar-se do “status” colonial em que se encontrava. A revolta instalou-se e as idéias reformistas surgiram com a dupla finalidade de tornar a colónia mais produtiva para a metrópole, através de medidas mais justas, mais humanas, mais racionais, bem como de tentar sensibilizar a classe dirigente para os perigos que ameaçavam a estabilidade colonial, numa época em que a colónia brasileira era fundamental para a economia portuguesa.

O principal alvo, visado pela crítica dos reformistas, era o sistema latifundiário escravocrata, apontado como o responsável pelos males da colónia. Todavia, qualquer mudança no sistema de propriedade ou de culturas esbarrava com a mentalidade tradicional dos plantadores, que se recusavam a qualquer tipo de alterações. Os projectos de uma nova distribuição da terra, que pressupunha um novo tipo de culturas e um novo suporte social, eram advogadas não apenas pelos inimigos do colonialismo, mas também pelos próprios defensores do mercantilismo, que os sentiam evidentes. É o caso de Luís dos Santos Vilhena, de cujo pensamento se ocupa Leopoldo Jobim neste estudo intitulado *Ideologia e Colonialismo*.

Diferentemente de Edison Carneiro, L. Jobim não vê em Luís dos Santos Vilhena um simples “cronista de costumes”, mas um homem atento

ao seu tempo que, no seu projecto de reformas, procurava transformar a realidade por ele descrita em outra realidade mais produtiva. Na formulação dessa nova sociedade, é nítida a influência dos novos conceitos veiculados pelo Iluminismo. O pensamento de Vilhena é, no entanto, fruto de uma época de mutação de valores e, por esse facto, o seu discurso e a sua linguagem são por vezes divergentes.

Leopoldo Jobim, ao analisar as *Notícias Soteropolitanas e Brasilicas*, procura nelas os estímulos implícitos e explícitos que explicam o comportamento reformista do autor. Estes estímulos, no entanto, só ganham significado quando inseridos no contexto regional, social e ideológico em que são formulados. Por essa razão, o seu estudo é constantemente remetido para as mais diversas realidades; para a crise social e económica vivida na colónia; para os novos horizontes culturais de sabor afrancesado, que proliferavam nos fins do século XVIII, quer na metrópole quer no Brasil; para a vivência de Vilhena, sua formação ideológica, grupo social a que pertencia ou a que estava ligado; e mesmo para os próprios dados biográficos de Vilhena, que poderão ter influenciado a sua visão do mundo. Como o próprio L. Jobim refere “cada pensador político deve ser estudado em função da sua cultura específica. A teoria, sem os aspectos contextuais de tempo e espaço, é um dado significativo, mas parcial; a compreensão mais perfeita do objecto é atingida quando o situamos dentro do universo de referência do pensador e o relacionamos com a realidade ambígua e rica da cultura em que se situa”. Este posicionamento do autor, perante o objecto a estudar, é dos aspectos mais importantes da metodologia seguida. Assim, a perspectivação da realidade é feita tendo como ponto de mira espaço-temporal a sociedade e a cultura em que a história se insere. Estudar as idéias reformistas fora do contexto em que adquiriram corpo, seria desvirtuar a realidade histórica.

L. Jobim estrutura o seu trabalho em três capítulos fundamentais. O primeiro, com o título genérico de *Vilhena e o Século das Luzes*, refere-se à formação e à inserção do autor das *Notícias* na vida pública e no ambiente cultural das cidades em que viveu. Nos segundo e terceiro capítulos são agrupadas, segundo um critério temático, as principais idéias de Vilhena, que L. Jobim vai sempre confrontando com o ideário iluminista. Enquanto no segundo capítulo, intitulado *Império*, aparecem reunidas e analisadas as idéias que permitem e justificam o colonialismo; no terceiro, denominado *Governo Político e Bem Público*, é sucessivamente feita a análise das formas de exercício do poder e da noção do bem comum. A obra apresenta ainda uma introdução, onde é explicada a metodologia utilizada e o relativo desinteresse a que tem sido votado o pensamento de Vilhena. Finalmente, numa breve conclusão, são salientados os principais aspectos da tese defendida — a demonstração de que Vilhena pertence ao grupo dos mercantilistas que re-

formularam o seu pensamento ao articularem-no com as idéias iluministas, sendo, por isso mesmo, um representante do Iluminismo luso-brasileiro.

Luiz Viana Filho é o autor do prefácio de *Ideologia e Colonialismo*, onde se salienta a grande importância deste trabalho dentro da historiografia brasileira, porque, como ele próprio diz, “Jobim viu um pouco à frente e realizou estudo marcado pela inovação”. Terminamos exactamente com as palavras bem significativas com que Luiz Viana Filho conclui o seu prefácio: “Sobre o velado pensamento de Vilhena lançou Jobim um jato de luz que nos mostra intenções e entrelinhas até então despercebidas pelos leitores e estudiosos das *Notícias Soteropolitanas e Brasília*s que, sob a lúcida crítica de Jobim, adquirem nova dimensão, para dividirem o lugar, que tiveram até hoje entre as crónicas do Brasil colonial, com o que certamente lhes cabe na história da evolução do pensamento político no fecundo Século das Luzes”.

*Universidade Nova de Lisboa
Lisboa

CABRELLI, Alfonso Fernández. *Masones y Artiguistas en la Banda Oriental*. Montevideo, América Una, (1986). 258 pp.

Earle D. Macarty Moreira *

Com esta reimpressão parcial de “*Masonería, Morenismo, Artiguismo*”, de 1982, definida como a segunda parte de “*Masonería y Sociedades Secretas en las luchas emancipadoras de la Patria Grande*”, de 1975, o Autor se propõe a estudar a aparição e o desenvolvimento, no Uruguai, da Maçonaria e de sua influência na revolução popular artiguista.

No primeiro capítulo, rastreia, por entre indícios e incertezas, o aparecimento da “Ordem Fraternal” em Montevideú. É interessante o estudo feito sobre as assinaturas dos principais personagens época — fins do século XVIII e começos do XIX — cujas rubricas mostravam sinais característicos daquela instituição: “Descartando los clásicos trespuntos y algún otro menos usado, el signo a que nos referimos se destacaba entre los muy complicados diseños con que los hombres de la época adornaban sus firmas, por su